

## CLIPPING ELETRÔNICO

**Celulose Online – 25 de fevereiro de 2010**

### **RUMO À ÁFRICA 1**

A carência por equipamentos para dar suporte ao crescimento de Angola criou uma demanda por máquinas usadas no país africano. O efeito será estudado pela consultoria Quorum Brasil, que vai a Angola nas próximas semanas para levantar outras características para orientar empresas brasileiras que pretendem investir no país africano.

### **RUMO À ÁFRICA 2**

Na área de exportações, a empresa de consultoria identificou como potenciais os setores de alimentos, móveis, equipamentos e máquinas de médio e baixo valor agregado. Há ainda mercado para que empresas brasileiras ampliem as vendas a Angola de equipamentos agrícolas de média e baixa intensidade tecnológica, equipamentos médicos e odontológicos, fármacos e outros.

Folha de S. Paulo

---

### **ENERGIA**

### **CONSUMO ATINGE PATAMAR RECORDE**

As altas temperaturas e a retomada da indústria foram decisivas para elevar o consumo nacional de energia em janeiro, que registrou alta de 9,1% ante o mesmo período de 2009. O forte calor fez com que o consumo de energia elétrica atingisse o maior patamar já registrado em um mês de janeiro.

Folha de S. Paulo

---

CRISE MUNDIAL

## **Queda do comércio global foi maior que o previsto, diz OMC**

DA REDAÇÃO

O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, afirmou ontem que o comércio global encolheu 12% no ano passado em volume, previsão pior que a estimativa anterior da entidade, que apontava queda de 10%. Nos dois casos, a retração é a maior desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

"A principal explicação para essa queda livre no comércio foi a redução simultânea na demanda agregada em todas as grandes economias. O crédito para o comércio, que secou durante esse período, também foi outro fator que contribuiu. Em menor escala, o comércio foi afetado negativamente por algumas decisões de aumento de tarifas e subsídios domésticos, novas medidas não tarifárias e ações antidumping", disse o dirigente na Bélgica.

Questionado sobre 2010, ele preferiu não fazer previsão, dizendo apenas que "certamente há uma recuperação". "Se essa recuperação é breve ou se é sustentável, é difícil dizer, mas certamente estamos recuperando."

-----  
Com a Reuters

Folha de S. Paulo

---

## **Superávit do governo central aumenta com receita em alta e menos precatórios**

Arnaldo Galvão, de Brasília

25/02/2010

O crescimento nominal de 17,6% nas receitas, na comparação com janeiro de 2009, e a diluição no tempo do pagamento de precatórios foram as duas principais causas do superávit primário de R\$ 13,9 bilhões, realizado em janeiro pelo governo central. No lado das despesas, o aumento foi de 1,9% sobre janeiro do ano passado, em valores nominais. Com isso, o Tesouro Nacional produziu o segundo melhor resultado da série histórica para os meses de janeiro, abaixo apenas do primeiro mês de 2008, quando foram contabilizados R\$ 15,4 bilhões de superávit primário. Para se ter uma proporção do aumento do esforço fiscal em janeiro, o superávit primário foi de apenas R\$ 3,97 bilhões no mesmo mês de 2009.

A meta fiscal do governo central - Tesouro, Previdência e Banco Central - para o primeiro quadrimestre de 2010 é de superávit primário de R\$ 18 bilhões e, em todo o ano, de R\$ 71,8 bilhões.

O secretário do Tesouro, Arno Augustin, ao divulgar esses dados, ontem, disse que espera uma sequência de superávits primários "consistentes" em 2010, ano em que o setor público consolidado tem de cumprir um superávit primário equivalente a 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB). A perspectiva de performance fiscal este ano é bem mais tranquila que a do ano passado, pois a economia retomou o crescimento e não há demanda por medidas anticíclicas, de desoneração de impostos, como houve em 2009.

A isso se soma o fato de que a legislação, em anos eleitorais, é mais restritiva sob o aspecto do gasto público, o que ajuda a controlar despesas, lembrou Augustin.

Ele explicou também que ao contrário do ano passado, quando houve uma concentração dos pagamentos de precatórios em janeiro, neste ano essas despesas serão diluídas no ano, o que desafogou os gastos e permitiu uma redução dos desembolsos no mês passado, ajudando a compor o superávit primário. Segundo o secretário, no ano passado a concentração dessas obrigações em janeiro foi uma medida necessária para que o restante do ano ficasse livre para o governo adotar as ações anticíclicas. Neste ano, deverá ocorrer um gasto de R\$ 9 bilhões com essas ordens judiciais até março e, em todo o ano, de R\$ 15 bilhões.

De acordo com os dados do Tesouro, os gastos com pessoal e encargos foi de R\$ 14,25 bilhões em janeiro, abaixo dos R\$ 16,49 bilhões de janeiro de 2009, com queda de R\$ 2,24 bilhões. A diferença se explica pela questão dos precatórios. As sentenças ganhas por funcionários custaram ao Tesouro R\$ 132,4 milhões no mês passado. Em janeiro de 2009, o gasto foi de R\$ 3,8 bilhões.

Nas despesas de custeio e capital, esse efeito também se apresenta. A União pagou apenas R\$ 9,1 milhões em outros precatórios no mês passado, diante de R\$ 1,5 bilhão em janeiro de 2009.

O investimento total em janeiro foi de R\$ 2,86 bilhões, 91% a mais que em janeiro de 2009. Com as obras do PAC, foram R\$ 1,06 bilhão em investimentos, cifra 137% acima do registrado no mesmo mês do ano passado.

Augustin ressaltou que a política fiscal é ajustada para encontrar a melhor forma de garantir o crescimento sustentado do PIB. Este ano ela está calibrada para ter uma ação neutra sobre o nível de atividade e a inflação. Em 2009 a preocupação era estimular o crescimento e, em 2008, o objetivo, segundo Augustin, foi "retirar a excessiva exuberância da economia".

Apesar do forte superávit primário de janeiro, ele sustentou que a política fiscal em 2010 não será contracionista. "Em 2010 estamos neutros. Não há sobreaquecimento como a situação do começo de 2008. Também não há a crise de 2009. A política fiscal terá efeito semelhante ao de 2006 e 2007."

Ele não acha necessária uma política fiscal contracionista para aliviar o peso da política monetária no controle da inflação. "Alguém pode achar que a economia já está em um nível adequado e que precisamos ser mais contracionistas, com superávit maior. Sou mais cuidadoso. A economia ainda precisa de muita atenção", avisou.

**Valor Econômico**

---

## **Investimento puxa PIB do fim de 2009, mas ano fica no zero**

João Villaverde, de São Paulo  
25/02/2010

A forte recuperação do investimento no fim do ano passado ajudou o Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre a crescer próximo a 2,5% sobre o resultado do terceiro trimestre, mas ainda assim a economia brasileira encerrou o ano com um desempenho próximo do zero, segundo as contas feitas pelas consultorias econômicas. Pelas previsões dos analistas consultados pelo Valor, o PIB de 2009 variou entre 0,1% e -0,3%. Se confirmada a queda, será a primeira vez desde 1992, quando o PIB caiu 0,5%, que haverá variação negativa da atividade econômica.

O que poderia manter o PIB no terreno positivo, segundo os analistas, seria uma elevação dos investimentos muito superior ao estimado hoje. Os economistas calculam que o aumento dos investimentos foi de "pelo menos" 7% nos últimos três meses do ano passado, superior aos 6,5% registrados entre julho e setembro. Mas, avaliam, "é um dado que pode surpreender para cima". O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga no dia 11 de março os dados relativos à atividade no ano passado.

"Esperamos que, ao divulgar os resultados do quarto trimestre, o IBGE também revise, para cima, os indicadores referentes ao segundo e terceiro trimestres", avalia Aurélio Bicalho, economista do Itaú Unibanco. Esta também é a aposta de Júlio Callegari, economista do J.P. Morgan, para quem os dados de 1,1% e 1,3%,

do segundo e terceiro trimestres, respectivamente, serão revisados para 1,4% e 1,8%.

Ao mesmo tempo, calcula Callegari, o PIB dos últimos três meses de 2009 cresceu 2,4%, com ajuste sazonal, sobre os três meses anteriores, configurando variação anualizada superior a 9%. "A percepção que se fará, então, é de que estávamos crescendo mais forte do que imaginávamos", afirma Callegari, "mesmo que o PIB seja zero".

A alta dos investimentos será contrabalançada por uma variação menor do consumo das famílias, graças à combinação entre a retirada dos estímulos fiscais por parte do governo e o consumo já efetuado, que não se repetirá. A LCA Consultores calcula que houve diminuição de 2% para 1% no consumo das famílias, entre o terceiro e o quarto trimestres. O Itaú Unibanco espera alta de 2% na mesma comparação, mas conta com a revisão do dado do terceiro trimestre, que subiria para 2,4%. Para Bicalho, o quarto trimestre serviu para "consolidar a recuperação iniciada em abril, quando deixamos para trás a pequena recessão do pós-crise". Segundo avalia ele, o "carry-over" para 2010 ficará entre 2,7% e 3%, o que significa que, se nenhuma turbulência ocorrer - e nenhum crescimento extra se verificar - ao menos 3% do PIB estão garantidos para este ano.

As turbulências mundiais fizeram a atividade despencar cinco pontos percentuais entre 2008 e 2009, mas foram os investimentos os que mais sofreram com o baque internacional. Segundo dados do IBGE, a produção de máquinas e equipamentos, que funciona como indicador dos investimentos, despencou 10,9% no último trimestre de 2008, e 17,9% nos primeiros três meses do ano passado.

Houve queda forte também no mercado de trabalho, mas por tempo mais curto e com reversão mais rápida. Os 736,1 mil postos de trabalho perdidos entre outubro de 2008 e janeiro de 2009 foram revertidos nos sete meses até agosto, quando os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) acumularam saldo líquido de 781,8 mil vagas. A recuperação da produção industrial, no entanto, demorou mais a acontecer.

Se o consumo das famílias e o mercado de trabalho já estavam reagindo nos primeiros meses do ano, ajudando a puxar a recuperação da atividade a partir do segundo trimestre, foram os investimento em aumento de produção industrial que puxaram o PIB no segundo semestre do ano, avaliam os economistas. A produção de máquinas e equipamentos aumentou 13,3% entre outubro e dezembro, depois de ter crescido 6,5% no terceiro trimestre.

"O Brasil deu show no ano passado. É preciso ressaltar que um PIB próximo a zero num ano de crise mundial é algo muito bom", avalia José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e sócio da MCM Consultores. Para Senna, a ação do

governo foi "inegavelmente" bem feita, uma vez que o BC agiu rápido ao liberar os compulsórios e cortar as taxas de juros, e o governo federal foi "certo" em isentar de impostos a indústria, "justamente o setor que mais sofreu com a crise".

Nas contas da MCM, o quarto trimestre passou por elevação de 2,6% sobre o trimestre anterior, o que caracterizaria crescimento anualizado de 10,8%. Segundo Senna, o consumo das famílias deve continuar a se expandir, mas tende a crescer num ritmo menos elevado que o verificado em 2009, em parte porque os estímulos fiscais e monetários serão retirados. "O consumo foi um fator de sustentação da economia, mas, já no fim do ano, os investimentos voltaram com força e são eles que estão puxando a economia neste começo de 2010."

**Valor Econômico**

---

## **Após outubro, ritmo foi menos explosivo**

Sergio Lamucci, de São Paulo  
25/02/2010

A perspectiva de crescimento explosivo apontada por alguns indicadores em outubro do ano passado - especialmente a alta de 2,9% da indústria em relação a setembro - não se confirmou nos meses seguintes, indicando que a atividade passou a avançar a um ritmo mais moderado. A produção industrial registrou quedas modestas em novembro e dezembro, que devem ter sido seguidas em janeiro por uma alta nada exagerada de 0,5% a 1% sobre o mês anterior, feito o ajuste sazonal.

O nível de utilização de capacidade instalada (Nuci) da indústria de transformação, que saltou de 81,1% em agosto para 83,8% em dezembro, manteve-se nesse mesmo nível em janeiro deste ano, na série dessazonalizada da Fundação Getúlio Vargas (FGV). As vendas do varejo, por sua vez, perderam algum ímpeto no fim do ano passado, fruto da antecipação de compras de bens como veículos e eletrodomésticos de linha branca nos meses anteriores, sugerindo que o consumidor aproveitou para adquiri-los antes do fim das desonerações tributárias.

O economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, acredita que o ritmo de expansão da economia arrefeceu, ainda que continue razoável. Para ele, a antecipação de compras de bens duráveis é de fato um dos principais motivos para explicar o comportamento atual da atividade. Segundo estimativas da LCA, desde novembro o licenciamento de automóveis e comerciais leves está na casa de 11 mil unidades por dia, abaixo dos 13 mil a 14 mil de setembro e outubro, na

série livre de influências sazonais. "O número atual é forte, mas está longe do pico ocorrido na virada do terceiro para o quarto trimestre de 2009."

Borges diz o indicador de atividade econômica da LCA, que estima a evolução mensal do Produto Interno Bruto (PIB), também dá sinais de arrefecimento. Nos três meses até outubro, o índice mostrava um crescimento de 3% na comparação com os três meses encerrados em julho, feito o ajuste sazonal. "Já nos três meses até fevereiro, o ritmo está na casa de 1%", afirma Borges, explicando que o indicador é calculado com base em dados como o licenciamento de veículos, caminhões e ônibus, a evolução do M1 (o papel moeda em poder em público e os depósitos à vista), a balança comercial e o consumo de energia.

Ele acredita também que, depois de uma forte reposição de estoques ocorrida no começo do quarto trimestre de 2009, muitas empresas passaram a produzir a um ritmo um pouco mais fraco, já que tinham adequado os níveis de inventários. Por tudo isso, ele acha que o Nuci não chegará tão rapidamente próximo do nível recorde de 86,7%, atingido em junho de 2008, como apontava o relatório de inflação de dezembro do Banco Central (BC).

O economista-chefe do Credit Suisse, Nílson Teixeira, chama a atenção para o impacto do setor de bens duráveis, especialmente do segmento automobilístico, para as quedas da indústria em novembro e dezembro. A antecipação do consumo parece ter jogado de fato um papel importante aí, acredita Teixeira. Para janeiro deste ano, ele espera uma alta da produção industrial de 0,5% sobre o mês anterior, feito o ajuste sazonal.

"Há um ponto de interrogação sobre o ritmo de crescimento da indústria. Não há dúvida de que haverá recuperação neste ano, mas há incerteza sobre quão forte ela será", afirma Teixeira, que projeta uma alta de 12% para a produção industrial neste ano, em parte porque a base de comparação é muito fraca, já que houve queda de 7,4% em 2009. Para ele, a indústria deverá avançar neste ano a um ritmo de 0,7% ao mês, na série livre de influências sazonais. "Não é 1,5% a 2% registrado em parte do ano passado, mas é superior ao que deve ter ocorrido em janeiro", diz Teixeira, para quem é prematuro dizer que há uma acomodação do ritmo de atividade. Por enquanto, ele não vê motivos para mudar a sua previsão de crescimento do PIB de 6,5% em 2010. "A massa salarial está crescendo, a disponibilidade de crédito aumenta e os juros médios não devem ficar muito diferentes do ano passado, o que deve sustentar uma demanda forte."

O economista Bernardo Wjuniski, da Tendências Consultoria Integrada, vê um crescimento mais modesto ao longo do ano, projetando expansão do PIB de 5,2%. Para ele, além da antecipação de compras por conta da expectativa do fim das desonerações tributárias, o cenário um pouco mais incerto na economia global e a perspectiva de alta dos juros por aqui levam o consumidor a ser um pouco mais

cauteloso. Para a produção industrial de janeiro, ele estima alta de 1% em relação a dezembro, puxada para cima pela alta de 2,4% do fluxo de veículos pesados no período e de 1,6% do consumo de energia, ainda que influenciado pelo calor do verão. Na ponta negativa, queda de 0,7% na produção de veículos e de 0,4% na expedição de papelão ondulado, sempre na série com ajuste sazonal.

O economista Rogério César de Souza, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), diz que os indicadores sugerem um início do ano tímido para a atividade econômica, mas também acha cedo para classificar o atual processo de acomodação. Ele observa que a produção de bens de capital e bens intermediários continuou firme no fim do ano. As quedas se deram principalmente em bens duráveis, destaca Souza.

**Valor Econômico**

---

## Como avaliar a sustentabilidade

José Eli da Veiga  
25/02/2010

A sustentabilidade só poderá ser avaliada se o desempenho econômico e a qualidade de vida também puderem ser medidos com novas ferramentas, que nada têm a ver com os atuais PIB e IDH. Esse é o principal resultado de um elusivo debate que já tem quase quarenta anos, desencadeado em 1972 por um trabalho que continua amplamente visto como "seminal": o capítulo "Is growth obsolete?" de William D. Nordhaus e James Tobin, no quinto volume da série Economic Research: Retrospect and Prospect, do National Bureau of Economic Research (NBER).

Como diz o título, o foco não estava propriamente em indicadores, e sim na discussão sobre uma eventual obsolescência do crescimento econômico. E a argumentação se ancorou na teoria econômica canônica para refutar esse tipo de contestação, que se intensificara nos anos 1960. Mas o principal resultado foi a tese de que o progresso indicado pelas medidas resultantes da contabilidade nacional convencional (como PNB ou PIB) não se altera ao ser substituído por uma medida efetivamente orientada para o bem-estar.

Para tanto, introduziram uma série de correções no método de cálculo do produto (nacional ou apenas interno), de maneira a - por um lado - retirar componentes que não contribuem para o bem-estar. E - por outro - acrescentar alguns dos que o fazem, mesmo que não entrem no cálculo convencional por não fazerem parte

da produção. Chegaram assim à construção de uma "Medida de Bem-estar Econômico", ou MEW na sigla em inglês.

O primeiro passo dessas complicadas correções foi evidentemente se voltar ao produto líquido, em vez do bruto, considerando algumas das imprescindíveis depreciações. Logo depois foi introduzida a ideia de um nível de consumo per capita que não excede a tendência de aumento da produtividade do trabalho, chamado pelos autores de "sustentável". Para eles, se o consumo per capita exceder esse nível dito, significa que ele está avançando sobre parte dos frutos do progresso futuro.

Na conclusão comparam os resultados obtidos com a medida de bem-estar econômico (MEW) aos dados do produto líquido, em vez de compará-los ao PNB ou ao PIB, o que teria sido bem mais coerente com o objetivo do trabalho. Se não tivessem usado tal subterfúgio, certamente teriam obtido conclusão inversa. E o pior é que hoje chega a ser difícil acreditar que a dupla não tenha incluído estimativas de qualquer dano ambiental ou depleção de recursos naturais nos cálculos do que chamaram de "MEW-S": Medida de Bem-estar Econômico Sustentável.

Foi somente dezessete anos depois que surgiu o "Índice de Bem-estar Econômico Sustentável" (ISEW na sigla em inglês), graças à importante contribuição do economista ecológico Herman E. Daly, em livro que resultou de parceria com John B. Cobb Jr.: "For the Common Good" (1989). Teve enorme repercussão, pois foi depois calculado em ao menos 11 outros países: Canadá, Alemanha, Reino Unido, Escócia, Áustria, Holanda, Suécia, Chile, Itália, Austrália e Tailândia. E em 2004 se transformou no Indicador de Progresso Genuíno (GPI na sigla em inglês), criado pela ONG americana Redefining Progress (<http://www.rprogress.org>).

O grande problema da abordagem ISEW - e que até piorou no GPI - é que a precificação de danos ambientais, de ganhos de lazer e de trabalho doméstico ou voluntário, por exemplo, é altamente especulativa. Por mais que economistas convencionais e alguns ecológicos venham a aperfeiçoar seus métodos de valoração, os resultados jamais serão persuasivos. Sempre será um exercício arbitrário atribuir grandezas monetárias a prejuízos ou ganhos que não têm preços determinados por mercados.

Na falta de alternativa, é claro que um juiz deve preferir que o valor de uma indenização seja calculado por algum desses métodos. Mas coisa muito diferente é pretender que o mesmo será aceito pela sociedade quando se trata de atribuir grandezas monetárias a danos causados por poluições, ao trabalho de pais e mães na criação de seus filhos, ou aos cuidados familiares com os mais idosos.

Além disso, correções e extensões do PIB até poderiam levar a um indicador que servisse para chamar a atenção sobre a evolução divergente entre o desempenho de uma economia nacional e o bem-estar econômico que ela foi capaz de gerar. Mas isso tem muito pouco a ver com a ideia de sustentabilidade, que, por sua vez, se refere necessariamente ao futuro. Mostrar que a taxa de aumento do bem-estar econômico é inferior à taxa de aumento do PNB ou do PIB nada diz a respeito da possibilidade de que ambos sejam ou não sustentáveis.

Tudo isso provavelmente mudará com a assimilação das mensagens e recomendações que estão no Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress ([www.stiglitz-sen-fitoussi.fr](http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr)). A primeira grande contribuição dessa Comissão já foi a de mostrar com muita clareza que existem três problemas bem diferentes, que não deveriam ter sido misturados nem isolados, como ocorreu ao longo desses quase 40 anos de debate. Uma coisa é medir desempenho econômico, outra é medir qualidade de vida e uma terceira é medir a sustentabilidade ambiental do processo.

Para essas três questões o relatório deu orientações muito mais radicais do que supunha a maioria dos observadores: 1) O PIB (ou PNB) deve ser inteiramente substituído por uma medida bem ajustada de renda domiciliar disponível, e não de produto; 2) A qualidade de vida só pode ser medida por um índice composto sofisticado, que incorpore inclusive recentes descobertas desse novo ramo que é a economia da felicidade; 3) A sustentabilidade ambiental exige um pequeno grupo de indicadores físicos, e não de malabarismos que artificialmente tentam precificar coisas que não são mercadorias.

Em suma: o relatório propõe a superação da contabilidade produtivista, a abertura do leque da qualidade de vida, e todo o pragmatismo possível com a sustentabilidade ambiental.

José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia (FEA) e do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo, escreve mensalmente às terças, excepcionalmente este mês, na quinta-feira.

Página web: [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)

**Valor Econômico**

## **Ambientalistas e ruralistas disputam comissão**

Mauro Zanatta, de Brasília  
25/02/2010

Deputados das bancadas ruralista e ambientalista disputam de forma acirrada o comando da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Reservado ao Democratas por critérios internos de divisão na Casa, o cargo terá peso político em um ano que deve guindar as questões ambientais ao centro da campanha presidencial. Além disso, a comissão terá influência direta em eventuais alterações das leis ambientais.

Maioria na estratégica comissão, os ruralistas trabalham nos bastidores para emplacar o deputado mineiro Marcos Montes (DEM) no cargo. Parlamentar em primeiro mandato, o médico tem ligações com a pecuária do Triângulo Mineiro e já comandou a Comissão de Agricultura em 2007. Montes também foi vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente no ano passado. Ele tornou-se adversário de ONGs ambientalistas ao relatar um polêmico projeto de lei que anistiará desmatamentos irregulares realizados até 2001 e permitiria a recuperação florestal com espécies exóticas na Amazônia. "Aproximamos o discurso entre as bancadas justamente porque ficamos mais presentes lá", diz Marcos Montes. "Não há radicalismos, discutimos de igual para igual com os ambientalistas e podemos agora consolidar esse consenso".

A bancada ambientalista rejeita Montes e costura apoio suprapartidário ao baiano Jorge Khoury (DEM), ex-secretário de Meio Ambiente da Bahia na gestão do governador Paulo Souto (DEM). Considerado um "neoambientalista", Khoury tem a simpatia de ONGs e mais trânsito na cúpula do partido. A bancada também cogita apoiar outro parlamentar baiano: Luiz Carreira (DEM), ex-secretário estadual de Planejamento na gestão de César Borges (PR).

Líder da Frente Ambientalista, o deputado Sarney Filho (PV-MA) afirma haver acordos políticos firmados com os principais partidos para evitar a influência decisiva de ruralistas na comissão. Em 2009, os ruralistas mudaram a estratégia de isolamento e passaram a ocupar espaços políticos na Comissão de Meio Ambiente. "Eles têm maioria, mas houve uma mudança. Falamos com PSDB, PT e DEM e os entendimentos são para que não mandem ruralistas para lá", diz o deputado. "O DEM ficou de escolher entre o Carreira e o Khoury. Espero que sejam cumpridos esses acordos". Para ele, as conversas com os maiores partidos da Câmara refletem a "preocupação" das agremiações com a campanha ao Palácio do Planalto. "Vamos cobrar responsabilidade desses partidos grandes que pregam proteção ambiental, mas que querem mudar o Código Florestal. Vamos denunciar isso", promete Sarney Filho. Em reunião com ONGs ambientalistas,

parlamentares decidiram lançar um manifesto para "desmistificar" os principais pontos defendidos pelos ruralistas nos debates sobre a reforma das leis ambientais.

Uma das principais lideranças ruralistas do Congresso, e bastante influente em seu partido, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirma que "há forte consenso interno" em favor do deputado Marcos Montes. "Tudo indica que ele será o presidente. Ele tem um perfil conciliador e tem ampla legitimidade no setor para debater assuntos ambientais", diz. Kátia Abreu é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

**Valor Econômico**

---

## **Ásia puxa retomada global, mas será que o fôlego vai durar?**

David Wessel, The Wall Street Journal  
25/02/2010

A recessão mundial foi fabricada nos Estados Unidos. A recuperação está sendo feita na Ásia.

Dados da semana exemplificam bem esse contraste forte: a Tailândia informou que sua economia cresceu a um ritmo anualizado de 15,3% no quarto trimestre e Taiwan anunciou que a sua cresceu 18%. Mas a Alemanha divulgou que não cresceu no mesmo trimestre, e o único motivo por que não houve contração foi que a indústria local conseguiu aumentar as exportações para economias mais saudáveis.

"A contração foi muito sincronizada. Mas a recuperação? Cada vez menos", diz Olivier Blanchard, economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Veja a sala de recuperação da economia mundial. A primeira parada são as economias ricas e maduras: EUA, Europa e Japão. Nenhuma ainda recuperou a saúde, mas os EUA estão mais corados.

A economia americana está crescendo, graças a uma combinação de insulina (o estímulo fiscal e monetário) e açúcar (a ansiedade dos empresários de preencher estoques vazios). Pelo padrão de outras recuperações, todavia, o crescimento não é tão veloz.

Os consumidores americanos, agora mais parcimoniosos, hesitam em gastar. Os bancos não querem emprestar. As empresas não querem contratar. O governo não quer injetar mais estímulo. Mas economistas do J.P. Morgan Chase, mais otimistas que outros, preveem que o PIB americano voltará ao nível de antes da recessão em meados de 2010. Europa e Japão só devem atingir esse nível lá por 2012.

A Europa ainda parece adoentada. A recessão lá foi mais profunda, e o estímulo fiscal e monetário menos agressivo que nos EUA e na China. Suas empresas dependem mais dos bancos que as americanas, e os bancos europeus não têm sido - ou não foram forçados a se tornar - tão transparentes sobre suas perdas ou tão rápidos na hora de aumentar a reserva de capital.

E os pecadores da Europa, países que gastavam e tomavam emprestado bem mais do que podiam, estão sendo forçados à contrição: Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal. Como compartilham a moeda, o euro, e tiveram de ceder ao Banco Central Europeu a política monetária, não podem cortar a taxa de juros nem deixar a moeda desvalorizar para vitaminar as exportações. Agora sua capacidade de tomar empréstimo barato para suavizar a crise foi posta em xeque.

As únicas opções são as mais dolorosas: orçamentos austeros e cortes salariais para tornar as exportações mais atraentes. O Reino Unido pode se dar ao luxo de desvalorizar a libra esterlina, mas, como notou esta semana o presidente do BC britânico, Mervyn King, exportar para se salvar da crise depende do interesse europeu em comprar os produtos britânicos.

O Japão é o mais difícil de decifrar. Como outras economias dependentes da exportação, o país foi prejudicado quando os EUA pararam de comprar. As exportações japonesas para os EUA caíram 31% em 2009, em relação a 2008. Mas o Japão também está se beneficiando da proximidade com a China, que superou os EUA no ano passado e virou o maior destino das exportações japonesas. As vendas do país para a China em janeiro foram 80% maiores que no mesmo mês do ano passado, informou ontem o governo japonês. Essa expansão é três vezes maior que a das exportações para os EUA no mesmo período. O desempenho do Japão no quarto trimestre inspirou otimismo, mas a persistente ameaça de deflação e de paralisia política tornam seu futuro nebuloso.

A grande pergunta em relação a essas economias, apesar de tantas diferenças, é: à medida que o estímulo fiscal se esvai e se aproxima a hora em que os bancos centrais terão elevar os juros extraordinariamente baixos, será que o consumo e a demanda das empresas vão reavivar e sustentar a recuperação?

Passe agora à outra sala de recuperação, onde convalescem os mercados emergentes da Ásia. Não apenas eles já se levantaram do leito como também voltaram ao trabalho e ensaiam até umas flexões.

A China lidera a fila e mostra que uma vantagem de um governo autoritário é poder injetar doses gigantescas de estímulo rapidamente e ordenar aos bancos que emprestem. A política chinesa foi tão bem-sucedida que o BC do país está restringindo o crédito bancário para não estimular demais a economia e provocar bolhas.

Os outros países da região estão compensando um pouco do enfraquecimento das exportações aos EUA com mais vendas para a China, além de receberem um volume maior de turistas chineses. Entre as economias asiáticas, as mais ligadas à China - como Cingapura, Malásia e Cingapura - são as que cresceram mais rapidamente.

Mas os consumidores asiáticos também estão fazendo a sua parte. As vendas de automóveis na Malásia subiram 33% em janeiro, em relação a um ano atrás; as da Índia, 50%. Já nos EUA, as vendas de carros subiram só 6% em janeiro.

De fato, um marco foi alcançado sem muito alarde durante a crise. Os consumidores dos mercados emergentes, mais numerosos e prósperos do que há algumas décadas, gastaram mais que os consumidores americanos pela primeira vez na história moderna.

Os consumidores dos mercados emergentes devem responder este ano por 34% do consumo mundial, enquanto os americanos ficarão com 27%, calcula o J.P. Morgan Chase. Vinte anos atrás, a proporção era 23% e 29% respectivamente. "Não é exagero dizer que o consumidor dos mercados emergentes fez pelo mundo em 2009 o que o consumidor americano fez em 1998 [durante a crise financeira asiática]", diz o economista Bruce Kasman, do J.P. Morgan.

A Ásia não pode impulsionar sozinha o crescimento mundial. Sua economia continua depende das exportações, e isso significa que os emergentes asiáticos também acompanham atentamente a outra ala da sala de recuperação, na esperança de um renascimento do consumo e do investimento empresarial nas economias maduras.

**Valor Econômico**

## Fisco paulista abre novo parcelamento

Laura Ignacio, de São Paulo  
25/02/2010

O governo de São Paulo decidiu dar um fôlego às empresas que nos últimos anos foram obrigadas a recolher o ICMS pelo regime de substituição tributária - quando um contribuinte recolhe o imposto em nome de toda cadeia produtiva. Publicada no sábado de Carnaval, a Resolução nº 16 da Secretaria da Fazenda autoriza o parcelamento de dívidas em até dez vezes, a depender da data em que for realizada a opção. Ainda que bem-recebida, a medida é vista como tímida por setores que criticam o aumento da carga tributária, os valores estipulados para as mercadorias para o cálculo do tributo e as inúmeras obrigações e problemas trazidos pelo regime. O parcelamento não prevê, por exemplo, descontos ou redução de multas.

A resolução prevê o parcelamento em dez vezes, se solicitado até amanhã, ou em oito vezes, se o pedido for feito entre 27 de fevereiro e 26 de abril. Os débitos inclusos devem ser decorrentes de operações realizadas até 31 de dezembro de 2009. Pode ter sido lavrado auto de infração ou não e o débito pode estar inscrito ou não na dívida ativa. Mas o valor mínimo da parcela é de R\$ 1 mil.

De acordo com advogados, a adesão ao parcelamento deve ser imensa. Isto porque muitas empresas que são "substitutas tributárias" enfrentariam dificuldades de adaptação ao sistema. Nesse caso, além dos risco de autuações fiscais, os representantes das companhias enquadradas no regime podem responder processos por crime de apropriação de coisa alheia - cuja pena pode chegar a reclusão de quatro anos e multa.

"Aqueles que tinham estoques de mercadorias adquiridos quando passaram a ter que se submeter ao novo regime de tributação, por exemplo, agora podem parcelar a diferença de ICMS devida sobre esses produtos", explica o advogado Waine Domingos Peron, do escritório Braga & Marafon Advogados. As empresas que ficaram responsáveis por recolher o tributo reclamam do aumento da carga tributária, ainda que venham a receber de volta parte do que pagam ao Estado em nome das outras empresas da cadeia produtiva. E criticam as margens de valor - agregado à mercadoria nas etapas seguintes da produção - estabelecidas pelo governo como base de cálculo do imposto. Dizem que, muitas vezes, mesmo tendo sido estabelecidas por pesquisas de mercado, são altas demais em relação aos preços praticados de fato no mercado.

possibilidade da cobrança de impostos pelo regime da substituição tributária foi instituída pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993. Em São Paulo, começou a

ser aplicada ainda nos anos 90. Por anos, apenas alguns setores, como os de bebidas, automóveis e combustíveis tiveram que se submeter ao regime. Mas, a partir do governo Serra, esse setores se multiplicaram. Os primeiros a terem que aderir ao regime, em 2008, foram os de cosméticos, higiene pessoal, limpeza, medicamentos, autopeças, rações animais, papel, pilhas e baterias, lâmpadas, alimentos e construção civil. Em 2009, a lista foi ampliada e também ficaram obrigados à substituição tributária os setores de bicicletas, colchões, ferramentas, instrumentos musicais, artefatos domésticos, brinquedos, máquinas e aparelhos, materiais elétricos e papelaria, eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

A instituição do regime de substituição tributária acabou levando empresários a serem processados criminalmente por não repassar o ICMS da cadeia produtiva para a Fazenda paulista. "Somente as empresas com liminar ou decisão judicial que as livra da substituição tributária podem deixar de fazer o repasse", explica o advogado Mauro César Bullara Arjona, do escritório do escritório Neumann, Salusse, Marangoni Advogados. "Temos casos de empresários que serão beneficiados por estarem envolvidos em inquéritos criminais." Para o sócio Eduardo Salusse, o inquérito, ou mesmo processo administrativo que pode levar a um criminal, deverá ser suspenso assim que o empresário aderir ao parcelamento.

A mesma resolução permite o parcelamento tributário de débito fiscal decorrente da importação de mercadoria destinada à comercialização ou industrialização. Em relação a essa possibilidade, especialistas defendem que deve ser feita uma análise, caso a caso, para o contribuinte definir se é vantajoso aderir ao parcelamento. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) está para decidir se editará um novo convênio sobre a tributação em caso de importação. A norma definiria quando o ICMS é devido ao Estado da trading importadora e quando é devido ao Estado da empresa que revenderá ou industrializará o bem importado.

O advogado Pedro Lunaderlli, sócio da Advocacia Lunardelli, orienta as empresas paulistas que contratam tradings a esperar. Ele lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) está para definir se, nesse caso, o ICMS é devido a São Paulo ou ao Estado da trading. "Como a questão ainda não é pacífica e não há desconto para quem parcelar, é melhor continuar discutindo a cobrança do imposto", diz. Procurada pelo Valor, a Fazenda de São Paulo não retornou até o fechamento desta edição.

**Valor Econômico**

## **BC retira R\$ 71 bi do mercado e reduz oferta de crédito pelos bancos**

Além de começar a reverter medidas contra a crise, BC faz aperto monetário que ajuda no combate à inflação

Edna Simão, BRASÍLIA

O Banco Central (BC) começou a retirar os estímulos ao crédito concedidos em 2008 para atenuar o impacto da crise global na atividade econômica. Ontem à noite, a autoridade monetária anunciou a reversão de parte das medidas que flexibilizaram o recolhimento compulsório, a parcela dos depósitos que os bancos devem manter no BC. A decisão deve tirar R\$ 71 bilhões da economia a partir do fim de março e início de abril. Outros R\$ 50 bilhões continuarão com os bancos, já que nem todas as mudanças efetuadas no auge da crise foram revistas.

"O sistema está suficientemente líquido. Não se justifica mais injeção de liquidez", afirmou o presidente do BC, Henrique Meirelles. "Os indicadores mostram que as condições de liquidez estão adequadas."

O mercado financeiro já esperava que o governo tomaria iniciativas nessa direção para atenuar as pressões inflacionárias que começam a surgir no atual cenário de economia mais aquecida. O Ministério da Fazenda, nos bastidores, defendia a retomada dos compulsórios, considerando que a medida pode contribuir para adiar o início do novo ciclo de alta dos juros previsto para março ou abril pelo mercado financeiro.

Apesar disso, o diretor de Política Monetária do BC, Aldo Luiz Mendes, frisou que a reversão das medidas anticrise terá efeito "neutro" nos juros bancários. "O compulsório está deixando de ser um instrumento de política monetária no mundo e hoje é um instrumento prudencial de administração de liquidez do sistema", afirmou Mendes. "O objetivo (das medidas) é de regular o mercado e criar um colchão de liquidez."

Meirelles disse que a decisão do BC está em consonância com o debate internacional do período pós-crise. Segundo ele, o compulsório, antes visto como prejudicial para os bancos, passou a ser considerado, no conselho de Basileia, como um dos ativos mais seguros para composição de um "colchão" de liquidez do sistema financeiro, assim como papéis de governo.

Dos R\$ 71 bilhões que serão retirados da economia, R\$ 34 bilhões se referem à reversão do compulsório sobre os depósitos a prazo. A alíquota do recolhimento, que havia sido reduzida para 13,5% no início da crise, voltará a 15% a partir de 9 de abril.

Os restantes R\$ 37 bilhões serão depositados no BC a partir de 22 de março. O volume será recolhido ao BC com a restauração da alíquota de 8% exigida no chamado compulsório adicional, cobrada nos depósitos à vista e a prazo, que havia caído para 5% e 4%, respectivamente.

Os recolhimentos, porém, só poderão ser feitos em espécie, e não mais em títulos. "A ideia é equilibrar o volume de títulos e dinheiro no mercado. É um mero ajuste fino", disse Mendes.

A única medida que continuará em vigor é a dedução que as instituições maiores podem fazer do compulsório quando compram ativos de pequenos e médios bancos. Ela terminaria em 31 de março, mas foi prorrogada para 30 de junho. Porém, o limite para dedução caiu de 55% para 45% do compulsório total.

Também foram criados redutores para o recolhimento de compulsório de depósitos a prazo e também da exigibilidade adicional. Nesse caso, os bancos com patrimônio acima de R\$ 5 bilhões não poderão mais fazer dedução. Antes, o abatimento chegava a R\$ 2 bilhões.

**O Estado de S. Paulo**

---

## **Comércio mundial tem maior queda desde 1940**

Jamil Chade, CORRESPONDENTE, GENEVRA

O comércio mundial tem sua maior queda desde a Segunda Guerra Mundial e, em 2010, terá apenas uma recuperação medíocre diante da estagnação de algumas das maiores economias. O alerta é da Organização Mundial do Comércio (OMC), que deixa claro: o crescimento da China não será suficiente para recuperar o prejuízo e as consequências políticas da crise ainda estão por vir. Como solução, a entidade indica que os pacotes de resgate implementados por governos não são sustentáveis e que as economias terão de buscar um novo "motor de crescimento".

Ontem, a OMC indicou que 2009 foi o pior ano desde a década de 40 para as exportações mundiais. Pelos dados da entidade, a queda do comércio foi de 12% no ano passado. Quando a crise eclodiu, a entidade havia estimado que a queda seria de apenas 7% no comércio. Naquele momento, o diretor da OMC, Pascal Lamy, rejeitou números de outras entidades indicando que o cenário poderia ser bem pior.

---

Mas, em dezembro, promoveu uma revisão do número e identificou que a queda já havia sido de 10%. Agora, a constatação dele é de que a crise é ainda maior. A retração teria ocorrido diante da queda dos maiores mercados consumidores, como Europa, EUA e Japão.

Para 2010, a previsão é de que haja uma recuperação. Mas dados preliminares da OMC indicam que a taxa seria insuficiente para compensar as perdas do ano passado. Com a economia europeia paralisada, a perspectiva é de que o comércio internacional tenha uma retomada apenas tímida.

A volta do comércio internacional aos níveis de 2007 e 2008 somente ocorreria em 2012, na melhor das hipóteses. "O comércio mundial foi uma vítima da crise", afirmou Lamy, em discurso em Bruxelas. "Vemos a maior queda do comércio desde o fim da Segunda Guerra Mundial", disse.

Sua avaliação é de que a redução no comércio foi causada pelo tombo das economias mais ricas e que também são as que mais importam. Outro problema foi a seca nos créditos de exportação, o aumento de tarifas em alguns países e a elevação de subsídios, distorcendo o mercado.

Para 2010, Lamy evita fazer uma projeção de qual será o crescimento do comércio. Mas indica que o maior desafio será a taxa "intoleravelmente alta de desemprego".

O Estado de S. Paulo

---

## **Suzano e a Região Tocantina, Mayron Régis**

Quem diria que a Suzano Papel e Celulose, com a conveniência, com a complacência e com a conivência dos governos dos estados do Maranhão e do Piauí, tenta solapar as legislações ambientais que contornam respectivamente o bioma Amazônico e o bioma Mata Atlântica nestes dois estados?!!!

A empresa acabou de entregar o estudo de impacto ambiental referente a 60 mil hectares de plantio de eucalipto na região Tocantina, oeste do Maranhão. Esses plantios fornecerão matéria-prima para sua fábrica de celulose que uns acocham para que se instale em Imperatriz. Essa fábrica reluz como uma miragem para pobres comitivas em busca de algum consolo na região Tocantina.

Ninguém se amarrou muito na primeira opção da Suzano para sua "bendita" fábrica de celulose. A cidade de Porto Franco, às margens do rio Tocantins, atraiu uma ou outra beneficiadora de soja e isso se deve ao avanço desta cultura sobre boa parte do estado do Tocantins. Os incentivos fiscais que um ou outro governo

libera atraem interesses empresariais marginais. Fora um ou outro empreendimento, a maioria dos investimentos na região Tocantina e na região centro-sul do Maranhão induz ao bocejo qualquer espectador mais atento ao jogo do bicho.

Alguns “bicheiros” da política regional maranhense agraciaram a empresa Maity com as suas influências e com isso a empresa recebeu régios empréstimos de bancos públicos para liderar a produção de cana na região Tocantina. Presumia-se uma liderança como a da Maity no ramo da cana de açúcar.

A liderança pode ser um estado de espírito como todos sabem e quem a contesta deve futucar mais as questões sociais, econômicas e ambientais e menos as questões que personifiquem um status quo. Contrariando o que se cogitava, a expansão da indústria de cana no Maranhão, no caso a Maity, a Agrosserra, a TG agroindústria e o grupo João Santos, retumbou em alguns hectares a mais de desmatamento e de plantios e alguns litros a mais de álcool sendo exportados ou consumidos internamente.

Tanto no caso da indústria da cana, entre 2005 e 2008, quando havia a promessa de grandes investimentos da parte de fundos internacionais, como no caso mais recente da Suzano, com seu projeto de reflorestamento de eucalipto em quase 400 mil hectares, verifica-se um conflito de personalidade entre o Estado e as empresas. Ao personificar o desenvolvimento sócio-econômico como o desenvolvimento das forças produtivas com bases no sistema capitalista, o Estado acaba assumindo a personalidade do Estado-empresa.

Essa personificação chega ao cumulo quando uma empresa como a Suzano cobra do governo do Maranhão uma solução para seu empreendimento florestal já que só poderá plantar em 20% das suas propriedades na região Tocantina. Caso o governo dificulte, a Suzano ameaça se mandar para o Tocantins com sua fábrica. Ela questiona o governo do Maranhão e se olvida de questionar a si própria como empresa. Que métodos são esses?

Mayron Régis é assessor do Fórum Carajás, colaborador e articulista do EcoDebate.

**Ecodebate**

## **Setor de celulose cresce 12,9% em janeiro de 2010**

Qua, 24 de Fevereiro de 2010 16:59 .SÃO PAULO, 24 de fevereiro de 2010 - No primeiro mês de 2010, o Brasil produziu 1,23 milhão de toneladas de celulose, mantendo o mesmo volume de dezembro e registrando crescimento de 12,9% em relação janeiro de 2009, quando produziu 1,08 milhão de toneladas da fibra, segundo dados divulgados hoje pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

O segmento de papel também manteve os níveis do mês anterior, com produção de 822 mil toneladas em janeiro de 2010, o que representa crescimento de 9,6% em relação a janeiro de 2009, quando a produção foi de 750 mil toneladas.

Esses números reforçam o movimento de recuperação do setor de celulose e papel, iniciado no segundo semestre do ano passado, após a instabilidade financeira que marcou a economia mundial que marcou o período.

Agência IN

---

## **Celulose Irani emitirá até R\$ 100 milhões de debêntures**

Qua, 24 de Fevereiro de 2010 13:25 in .SÃO PAULO, 24 de fevereiro de 2010 - A empresa Celulose Irani informou nesta quarta-feira que aprovou a emissão pública de debêntures no valor total de até R\$ 100 milhões. Além disso, a Brazilian Securities e o banco de investimentos Credit Suisse anunciaram o cancelamento do pedido de registro da emissão pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários que seriam lastreados em créditos imobiliários de responsabilidade da Celulose Irani.

Segundo comunicado, a ratificação do cancelamento da 1ª emissão privada de debêntures simples da companhia, da espécie nominativas (não conversíveis em ações, com garantia real, em uma única série), será no valor total de R\$ 60 milhões.

Agência IN

---

---

24/02/2010 - 18h09

## **Produção de celulose no Brasil sobe 12,9% em janeiro ante 2009**

SÃO PAULO (Reuters) - A produção de celulose no Brasil totalizou 1,225 milhão de toneladas em janeiro, o que significa aumento de 12,9 por cento em relação ao mesmo período de 2009, mostraram dados divulgados nesta quarta-feira pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

Em relação a dezembro, foi registrada queda de 0,7 por cento na produção do insumo.

Do total produzido no primeiro mês de 2010, 1,057 milhão de toneladas correspondia a celulose de fibra curta, alta de 14,8 por cento ante janeiro de 2009 e de 0,2 por cento em comparação a dezembro do ano passado.

Já a produção de celulose de fibra longa cresceu 5,6 por cento ante janeiro do ano passado e cedeu 8,3 por cento em relação a dezembro, totalizando 132 mil toneladas.

As exportações de celulose, por sua vez, foram de 619 mil toneladas em janeiro, queda de 12,9 por cento na comparação anual e de 12,7 por cento na mensal.

Segundo a Bracelpa, toda a commodity que saiu do país no mês passado correspondia a celulose de fibra curta, no Brasil produzida a partir do eucalipto.

As vendas domésticas de celulose, por sua vez, foram de 130 mil toneladas, o que significa elevação de 42,9 por cento ante o mesmo mês do ano passado, mas recuo de 3,7 por cento contra dezembro.

### **PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PAPEL SOBEM**

A Bracelpa informou ainda que a produção de papel no Brasil foi de 822 mil toneladas em janeiro, aumento de 9,6 por cento na comparação anual e queda de 0,1 por cento ante dezembro.

Do total produzido no Brasil no primeiro mês do ano, 415 mil toneladas correspondiam a papel para embalagem. Isso significa crescimento de 7,2 por cento e de 1,7 por cento ante janeiro de 2009 e o último mês de dezembro, respectivamente.

A produção de papel de imprimir e escrever foi de 224 mil toneladas, alta de 10,3 por cento em comparação ao mesmo período do ano passado e avanço de 0,9 por cento ante o mês anterior.

As exportações de papel, segundo a Bracelpa, foram de 178 mil toneladas em janeiro, alta de 17,9 ante igual período de 2009 e queda de 9,2 por cento na comparação com dezembro. As vendas domésticas subiram 9,7 por cento sobre janeiro de 2009 e 7,3 por cento contra dezembro, totalizando 407 mil toneladas.

(Por Carolina Marcondes)

UOL Notícias

---

25/02/10 - 00:00 > POLÍTICA ECONÔMICA

## **Taxa de desemprego em seis capitais é a menor desde 1998**

PanoramaBrasil

SÃO PAULO - A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do País (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal) ficou em 12,6% em janeiro, a menor para meses de janeiro desde 1998, início da série histórica. O desemprego estava em 12,5% em dezembro de 2009 e 13,2% em janeiro de 2009. Os dados foram divulgados ontem pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O contingente de desempregados nas seis regiões metropolitanas em janeiro foi estimado em 2,528 milhões de pessoas, 4 mil a menos que o registrado em dezembro de 2009.

O rendimento médio real dos ocupados nas seis regiões aumentou 1,2% em dezembro de 2009 ante novembro e 1,8% em relação a dezembro de 2008, passando a equivaler a R\$ 1.251,00. A massa de rendimentos dos ocupados aumentou 2,1% em dezembro de 2009, ante novembro, e 2,9% ante dezembro de 2008.

Na comparação com dezembro de 2009, a taxa de desemprego caiu de 9,8% para 9,6% em Belo Horizonte. Já na região metropolitana de São Paulo, a relação entre os meses ficou praticamente estável, passando de 11,8% para 11,9%.

Nas demais regiões analisadas, houve aumento no período: Salvador, de 17% para 17,7%; Recife, de 17,5% para 17,9%; Porto Alegre, de 9,4% para 9,7%; e no Distrito Federal, passou de 14,7% para 14,5%.

Em relação a janeiro de 2009, cuja taxa era de 12,5%, o desemprego recuou consideravelmente. Esta diminuição em relação ao mesmo mês do ano anterior

não ocorria desde março de 2009. O contingente de desempregados na região metropolitana de São Paulo foi estimado em 1,236 milhão de pessoas em janeiro, 27 mil a menos que em dezembro de do ano passado.

O rendimento médio real dos ocupados aumentou 2,3% em dezembro de 2009, ante novembro e 2,2% ante dezembro de 2008, passando a valer R\$ 1.288,00. A massa de rendimento dos ocupados aumentou 3,4% em dezembro de 2009, ante novembro e 2,7% ante registrado em dezembro de 2008.

**DCI**

---

24/02/2010 - 18:02

## **Por que a Irani cancela e emite debêntures?**

A pleonástica Brazilian Securities Companhia de Securitização e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) cancelaram junto à Comissão de Valores Mobiliários o registro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em créditos de responsabilidade da Celulose Irani, oriundos de um contrato de locação firmado com a controlada Irani Trading. O motivo: a companhia gaúcha está cancelando duas emissões de debêntures simples e não conversíveis com valor total de R\$ 110 milhões e aprovará a emissão de debêntures também não conversíveis em ações, com garantia real, no valor de até R\$100 milhões.

A Celulose Irani possui ativos no valor de R\$ 546,52 milhões, mas seu patrimônio líquido é de apenas R\$ 88,1 milhões e o endividamento financeiro se situa em R\$ 303,81 milhões. Os minoritários da empresa detêm 10,04% das ações ordinárias e 33,15% das preferenciais. Tudo indica que Odivan Carlos Cagnin, diretor de Relações com Investidores, se enganou ao informar para o mercado que esses 11,85% pertencem a apenas sete acionistas. Será?

**Monitor Mercantil**

---

## Fibria divulga resultados de 2009

A Fibria divulga nesta sexta-feira (26/2) os resultados do quarto trimestre de 2009 e o consolidado do ano. A publicação estará disponível no site da empresa, na CVM e nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo, antes da abertura do mercado, e será apresentada em teleconferência realizada no dia 1<sup>o</sup>/3, às 12h em inglês e às 14h em português. Veja como participar pelo site da área de RI [www.fibria.com.br/ri](http://www.fibria.com.br/ri).

Jornal Dia Dia

---

25/02/2010 » 07:01

## Cursos técnicos no Senac

Da Redação

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de Três Lagoas está com inscrições abertas para dois importantes cursos de qualificação profissional e muito requisitados no mercado de trabalho da Cidade e Região.

Para Três Lagoas, estão sendo oferecidos os cursos de Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Florestas. O primeiro capacita o profissional a atuar em empresas e indústrias, por meio da implantação de programas e projetos que desenvolvam a saúde ambiental e ações relacionadas à gestão e à conservação do meio ambiente. O mercado de trabalho para este tipo de profissional é bem amplo. Ele poderá atuar em indústrias, principalmente as florestais e de reflorestamento, que apresentam áreas de florestas plantadas de eucaliptos e pinus; em estações de tratamento de resíduos, unidades de conservação ambiental, em empresas fornecedoras de matérias-primas e equipamentos para a indústria dos setores silviculturais, celulose e papel, bem como em entidades e institutos de pesquisa, instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Jornal do Povo de Três Lagoas

---

---

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2010 10:49

## **Celulose Irani que emitir até R\$ 100 mi em debêntures**

Foi solicitado à CVM cancelamento de pedido de registro de emissão de CRIs

Agência Estado

SÃO PAULO - A Celulose Irani pretende realizar oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de até R\$ 100 milhões. A proposta será debatida em assembleia geral dia 11 de março, quando os acionistas tratarão também do cancelamento de duas emissões privadas de debêntures, uma de R\$ 60 milhões e outra de R\$ 50 milhões, ambas com escritura firmada em 20 de outubro.

Além disso, foi solicitado hoje à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cancelamento de pedido de registro de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) que seriam lastreados em créditos imobiliários oriundos de um contrato de locação firmado com a controlada Irani Trading S.A. O pedido foi feito por Brazilian Securities Companhia de Securitização e Banco de Investimentos Credit Suisse.

[Estadão Online](#)

---

## **Ministério incentiva recuperação de áreas degradadas e plantio de florestas**

24 de fevereiro de 2010 - 16:08h

Produtores que investem na recuperação de áreas degradadas e plantio de florestas para uso industrial contam com estímulo de duas linhas de financiamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PropFlora), com limite de R\$ 200 mil/ano por agricultor, destinou, em 2009, cerca de R\$ 250 milhões para o plantio de 150 milhões de mudas de eucalipto ou 25 milhões de seringueiras. O Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa) concede até R\$ 300 mil/ano por beneficiário ou, quando se tratar de projetos produtivos em áreas degradadas, até R\$ 400 mil/ano.

O governo federal tem desenvolvido políticas públicas para apoiar a silvicultura sustentável no País. Além do Programa Nacional de Florestas, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Agroenergia, do Mapa,

desenvolve ações de incentivo às florestas energéticas. Já os agricultores familiares têm acesso a R\$ 36 mil/ano do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Florestal (Pronaf Florestal), do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

As unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Florestas, em Colombo/PR, e de Agroenergia, em Brasília/DF, contribuem com novas cultivares e tecnologias. A Câmara Setorial de Silvicultura, criada pelo Mapa em junho de 2008, também fortaleceu o diálogo entre a cadeia produtiva, indústria e governo. A câmara, entre outras atividades, coordena e propõe diretrizes em sua agenda estratégica para os anos seguintes.

O presidente da Câmara de Silvicultura, Fernando Henrique da Fonseca, endossa o estabelecimento de uma política nacional de apoio às atividades de florestas plantadas, reforçando as políticas públicas já existentes. Para o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, é fundamental incluir a temática das florestas plantadas nas discussões e negociações relacionadas às questões ambientais e mudanças climáticas.

O mercado florestal contribuiu com 11% do total das exportações do agronegócio brasileiro, alcançando a cifra de US\$ 7,2 bilhões em 2009. A soma corresponde à venda de celulose (US\$ 5,8 bilhões) e painéis, móveis, madeira serrada e compensados. Os embarques de celulose e papel destinam-se, principalmente, aos Estados Unidos, China, União Europeia e Argentina. A participação da commodity no Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 3,5% ou US\$ 37,3 bilhões no ano passado.

**Agronotícias**

---

## **Eucalipto é realidade no pampa, mas falta informação**

A pesquisa envolveu alunos dos cursos de Engenharia Florestal, Ciências Biológicas, Gestão Ambiental e Biotecnologia, da Universidade Federal do Pampa, Campus de São Gabriel – região onde se implantaram nos últimos anos grandes plantios comerciais de Eucalipto para produção de celulose. Foi aplicada pelo professor de engenharia florestal Ítalo Filippi em turmas de primeiro ano, com ingresso em 2009.

A principal conclusão: o nível de informação sobre o assunto é muito baixo, mesmo entre estudantes que se voltam para áreas que se relacionam diretamente com ele. Mais da metade dos entrevistados disse que se informa sobre o assunto “com os amigos”, outra metade citou a televisão como fonte de informação.

A maioria (51,40%) se situa entre total e parcialmente a favor; 26,86% entre parcial e totalmente contra e 21,74% indiferentes. Nas expressões usadas para justificar posições contra ou a favor predominam os chavões, que são repetidos sem entendimento.

A pesquisa é parcial e, segundo o próprio autor, um indicativo apenas de uma situação preocupante. Vale a pena ler o artigo que o autor da pesquisa publicou:

Plantio comercial de *Eucalyptus* spp na região do pampa: posicionamento de estudantes

A Metade Sul do Rio Grande do Sul tem experimentado uma transformação da sua matriz produtiva nesta primeira década do século XXI. Esse fato foi gerado a partir dos investimentos de três grandes empresas nessa região como parte de uma visão global da base florestal sobre o cultivo do *Eucalyptus* spp na América do Sul. Isso tem gerado discussões “acaloradas” sobre essa espécie, motivada por vários aspectos, em que a questão técnica é sobrepujada muitas vezes por “chavões” ou lugares-comuns.

Dessa forma, há um impedimento de maior aprofundamento, deixando a opinião pública com falsos esclarecimentos sobre esta fase que está passando a Metade Sul do Rio Grande do Sul e o próprio cultivo dessa espécie no Bioma Pampa, assim como a sua interferência. Diante desse fato, foi realizada uma pesquisa de opinião com cinco questões abrangentes sobre a posição dos alunos dos cursos de Engenharia Florestal, Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura), Gestão Ambiental e Biotecnologia, ingressantes no ano de 2009 na Universidade Federal do Pampa, Campus de São Gabriel, em relação aos plantios comerciais de *Eucalyptus* spp na Metade Sul do RS.

Como resultado do primeiro questionamento, que tratou sobre a posição favorável ou não sobre os plantios, obteve-se 51,40% entre total e parcialmente a favor; 26,86% entre parcial e totalmente contra e 21,74% indiferentes. A segunda pergunta buscava saber através de qual meio de comunicação o pesquisado obteve informações sobre a cultura do gênero *Eucalyptus*.

Em função da possibilidade de assinalar mais de um item, obteve-se como as respostas mais frequentes a televisão, 53,17%; e amigos ou conhecidos, 54,64%. Existem expressões utilizadas pela população referentes ao plantio em grande escala do eucalipto. Cabe ressaltar que principalmente as expressões “Deserto Verde”, “Eucalipto não se come” e “O Eucalipto seca as fontes d’água” são as mais citadas e foram utilizadas na pergunta três sobre a veracidade das mesmas.

O resultado apontou como 37,71% não tendo conhecimento claro sobre esse assunto e 35,32% citando como mito. Quando solicitado, na pergunta quatro, que aquilatasse os possíveis prejuízos da implantação da silvicultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul como muito, pouco, nenhum ou indiferentes, os pesquisados responderam: a concentração de terra (36,7%), desmatamento de áreas nativas (32,40%), concentração de capital e renda (36,5%), contribuem muito pouco com impostos para municípios da região (25,36%), perda de biodiversidade (32,86%), danifica o solo de forma irreparável (31,76%) e gera vazios populacionais (30,63%) eram, dentre os mencionados no instrumento, os que consideravam prejuízos muito grandes.

De forma semelhante, a questão cinco abordou os potenciais benefícios da implantação da silvicultura e qualificou os valores de muito a indiferente segundo itens abordados, e os resultados foram que a maioria identificou como benefício a geração de emprego e renda (40,16%), proteção de mananciais (52,44%), absorvem grande quantidade de CO<sub>2</sub> da atmosfera, diminuindo a poluição e o calor e combate o efeito estufa (36,5%). Destacam-se, na questão cinco, itens como infiltrar água no solo e recuperação de solos por ações como queimadas regulares e uso inadequado, qualificados como nenhum benefício por 26,54% e 27%, respectivamente.

A pesquisa de opinião pública levada a efeito junto aos estudantes da Unipampa – Campus São Gabriel não é conclusiva, porém é um demonstrativo da falta de difusão das informações técnicas sobre o assunto. Muitos desses estudantes são oriundos de cidades ligadas às regiões de implantação dos projetos de silvicultura e acabam replicando o conhecimento obtido de forma empírica sobre o tema.

Embora tenha gerado surpresa àqueles que ainda não tenham se posicionado sobre o assunto apesar de campanhas pró e contras, já se observa um percentual significativo que avalia os “chavões” como apenas mera repetição sem nenhum significado científico. Os itens concentração de terra, renda e gerar vazios

populacionais já são uma realidade de muito tempo nesta região, onde o sistema de grandes extensões de terra mais conhecidos como latifúndios é uma prática secular, e os empreendimentos não estarão ampliando essa situação.

Desmatamento de áreas nativas e perda de biodiversidade são resultados patentes de desconhecimento sobre o tema, pois onde ocorre a implantação de povoamentos, pelo menos no setor da silvicultura, não pode haver a supressão de qualquer forma de espécies nativas, incluindo até mesmo gramíneas. Esse resultado sinaliza a necessidade premente das universidades, institutos e empresas de ampliar conhecimentos dessa parcela significativa da população, incluindo análise dos conteúdos desenvolvidos nos diferentes componentes curriculares de graduações, palestras, cursos, seminários e resultados de pesquisas específicas no Bioma Pampa, focalizando os benefícios e os potenciais impactos que essa cultura, em grande escala, pode proporcionar. Essas atividades são desenvolvidas por diferentes profissionais, incluindo principalmente os da área florestal, favorecendo reflexões, posicionamentos e ações desses futuros profissionais assim como da população em geral, no que tange ao cultivo do eucalipto para fins comerciais.

(JornalJÁ, 23/02/2010)

**Ambiente Já**

---

24/02/10 - 17h18 - Atualizado em 24/02/10 - 17h20

## **Venda de papéis no País cresce 9,7% em janeiro**

Da Agência Estado

A demanda doméstica por papéis, que em 2009 apresentou retração, iniciou 2010 com sinais de recuperação. As vendas internas do produto somaram 407 mil toneladas em janeiro, expansão de 9,7% em relação ao primeiro mês do ano passado. Na comparação com dezembro, período tradicionalmente mais forte de vendas, o indicador teve retração de 7,3%, segundo dados preliminares divulgados hoje pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

O consumo aparente, indicador calculado com base na soma do volume produzido e do total importado, excluídas as exportações, atingiu 760 mil toneladas em janeiro, expansão de 8,6% em relação a janeiro de 2009. O índice também apresentou alta na comparação com dezembro, com elevação de 4%.

Diante do forte ritmo das vendas, a produção da indústria nacional totalizou 822 mil toneladas, alta de 9,6% em relação a janeiro de 2009, quando a economia brasileira sentia os reflexos da crise iniciada nos Estados Unidos. Na comparação com dezembro do ano passado, a produção teve leve oscilação negativa de 0,1%.

As exportações de papéis em janeiro totalizaram 178 mil toneladas, alta de 17,9% sobre igual intervalo do ano passado, mas retração de 9,2% sobre dezembro. A receita do setor com as vendas externas cresceram 18,5%, para US\$ 154 milhões. Principal mercado do papel nacional, a América Latina ampliou as compras do Brasil em 7%, para US\$ 76 milhões.

As importações de papéis no primeiro mês deste ano somaram 116 mil toneladas, alta de 14,9% sobre janeiro de 2009 e de 11,5% sobre dezembro do ano passado.

[G1.com.br](http://G1.com.br)

---

## **Produção de celulose sobe 13%**

PAPEL E CELULOSE

São Paulo - A produção de celulose no Brasil totalizou 1,225 milhão de toneladas em janeiro, aumento de 12,9% em relação ao mesmo período de 2009, segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Em relação a dezembro, houve queda de 0,7% na produção. Do total produzido no primeiro mês de 2010, 1,057 milhão de toneladas são de celulose de fibra curta.

[DCI](#)

---

## **Receita de embalagens cai 0,1%**

Balanço

São Paulo - A receita da indústria de embalagens totalizou R\$ 36,176 bilhões em 2009, leve retração de 0,1% em relação ao ano anterior, segundo estimativas apresentadas ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em evento promovido pela Associação Brasileira de Embalagens (Abre). O faturamento do setor em 2008, foi de R\$ 36,214 bilhões, de acordo com dados revisados pela FGV.

[DCI](#)

---

## **Indústria de máquinas e equipamentos investirá em 2010**

Agência Brasil

SÃO PAULO - A indústria brasileira de máquinas e equipamentos planeja investir R\$ 8,9 bilhões neste ano, o que vai representar crescimento de 20% na comparação com o ano passado. Os dados foram divulgados no início da tarde desta quarta-feira (24) pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

No ano passado o setor investiu R\$ 7,43 bilhões. Em janeiro deste ano houve queda de 26,1% no faturamento nominal, quando comparado a igual período de 2009.

**DCI**